



A Política do Historiador: Estratégias para uma Abordagem Crítica

Priscila Gomes Corrêa¹

Resumo: A escrita da história envolve uma série de pressupostos, alguns explicitados pelos próprios historiadores em suas narrativas, outros submersos em seu conjunto de práticas sociais e epistemológicas. Neste trabalho, visamos abordar a política do historiador como um pressuposto nem sempre claro, mas que permeia a historiografia como um todo. Este termo inspirado na expressão de Norberto Bobbio, “política da cultura”, refere-se a uma ação que se enquadra numa concepção mais ampla de política, entendida como atividade voltada para a formação e a transformação da vida dos homens. Para isso, partimos do confronto entre as trajetórias intelectuais de dois renomados historiadores do século XX – Eric Hobsbawm e François Furet –, que se posicionaram ideologicamente em polos opostos e deixaram uma vasta reflexão sobre política e governo em seus respectivos países (Inglaterra e França). Dessa maneira, contempla-se a prática social dos historiadores e a evolução de seu pensamento histórico; e, após refletir sobre as condições que determinam a produção e a natureza das obras históricas, as colocamos em confronto buscando as diferenças, semelhanças e nuances entre os discursos historiográficos. O tratamento documental da obra historiográfica adquire, então, a dimensão política inerente à interpretação historiográfica, visto que se enfrentam questões referentes aos seus próprios domínios e à ação do historiador.

Palavras-Chave: Política do Historiador. François Furet. Eric Hobsbawm.

The Historian's Policy: Strategies for a Critical Approach

Abstract: The writing of history involves a number of assumptions some explained by the historians themselves in their narratives, others submerged in a whole social and epistemological practices. In this paper we aim to approach the politics of the historian as a precondition not always clear, but that permeates the historiography as a whole. This term inspired by the words of Norberto Bobbio, “politics of culture” refers to an action that fits within a broader conception of politics, understood as an activity focused on the formation and transformation of human life. For this, we start from the confrontation between the intellectual trajectories of two renowned historians of the twentieth century – Eric Hobsbawm and François Furet – who stood ideologically poles apart and left a wide reflection on politics and government in their respective countries (Britain and France). Thus, it is contemplated the social practice of historians and the evolution of his historical thought and after reflecting on the conditions that determine the production and the nature of historical works, putting them in confrontation, seeking the differences, similarities and nuances between the historiographical discourse. The documental treatment of historiographical writings acquires, then, the political dimension inherent in the historiographical interpretation, as they face issues related to their own domains and historian action.

Keywords: Politics of the Historian. François Furet. Eric Hobsbawm.

¹ Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Professora do Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local da Universidade do Estado da Bahia (PPHIS/UNEB).



Viram, portanto, pela aproximação de citações e de fórmulas precisas, como espíritos diferentes, partindo dos mesmos dados, exercendo as suas virtudes críticas e seus talentos de organização imaginativa sobre os mesmos documentos – e, aliás, animados (espero) por um desejo idêntico de encontrar a verdade –, dividem-se, entretanto, opõem-se, repelem-se quase tão ferozmente quanto facções políticas.

Paul Valéry (1932)

A escrita da história envolve uma série de pressupostos, alguns explicitados pelos próprios historiadores em suas narrativas, outros submersos em seu conjunto de práticas sociais e epistemológicas. Identificar tais pressupostos não é tarefa fácil, pois a exegese exclusiva do texto historiográfico não pode fornecer todos esses dados, cuja identificação depende, na maioria das vezes, da erudição crítica do leitor ou pesquisador. Quando este não possui determinados conhecimentos prévios mantém-se invariavelmente na camada superficial de sentido da obra. Por isso, alguns pesquisadores se absterem de estudos envolvendo questionamentos historiográficos que extrapolem o texto, a obra escrita, pois isso poderia inviabilizar sua pesquisa, demandando uma infinidade de investigações sobre trajetórias de autores, redes de sociabilidades, tradições e culturas historiográficas, para além da tradicional revisão bibliográfica.

Diante disso, cabe um relato de pesquisa em que se busca dirimir parte dessas dificuldades a partir de determinados recursos teórico-metodológicos que podem contemplar esses dados necessários a uma análise global. Para começar, com a constatação exposta na epígrafe de Paul Valéry, nota-se que as divergências políticas ou ideológicas que opõem dois autores não demonstram necessariamente que o trabalho de um deles não esteja devidamente fundamentado. Trata-se na verdade, de uma camada de sentido que ultrapassa a pesquisa e o rigor científico, mas que dele é parte inerente. Não se pode separar um trabalho historiográfico de suas bases sociais e ideológicas, mas também não se pode julgar seus méritos essencialmente a partir dessas bases. Isso porque a escrita da história apresenta como primeiro pressuposto a responsabilidade de ofício do historiador, que, em geral, é animado pelo desejo de encontrar a verdade e por um conjunto de procedimentos técnicos de investigação.

Essa constatação é relevante para que não se caia no debate já esvaziado em torno da dicotomia entre verdade e ficção na narrativa do historiador. Uma vez superada essa questão,



pode-se avaliar o conflito de opiniões ou convicções entre autores diversos com base na noção de política do historiador; como um pressuposto nem sempre claro, mas que permeia a historiografia como um todo. Este termo inspirado na expressão de Norberto Bobbio (1997), “política da cultura”, refere-se a uma ação que se enquadra numa concepção mais ampla de política, entendida como atividade voltada para a formação e a transformação da vida dos homens. Noção que auxilia na identificação do lugar social do historiador, demanda crítica há tempos pleiteada por Michel de Certeau em seu texto clássico *A Operação Histórica*, “uma análise dos antecedentes dos quais o discurso não fala” (CERTEAU, 1988, p. 18).

Entretanto, a noção de política do historiador é mais específica que a de lugar social, pois ela expõe escolhas e opções individuais frente ao mundo em que vive esse pesquisador. Tanto que no interior de uma mesma estrutura social ou instituição, e com trajetórias equivalentes, encontraremos sujeitos cujas interpretações se opõem tão ferozmente quanto facções políticas. Tal qual afirmou Valéry em seu “Discurso sobre a História”, dizendo que “em épocas normais, a guilhotina felizmente não está à disposição dos historiadores”. Uma irônica metáfora, mas que condiz com essa curiosa disputa que frequentemente se estabelece entre historiadores com relação a temas, às vezes, muito distantes no tempo.

É certo que o conhecimento histórico pode ser moeda forte dentro do mercado de ideias da sociedade contemporânea, pode se tornar uma narrativa de legitimidade para o presente. Contudo, a operação histórica possui alguns preceitos que lhe garantem efetiva contribuição para a construção do conhecimento, ou seja, existe um consenso entre diversos pesquisadores sobre os “fatos do passado”. Como é o caso da obra de dois renomados historiadores do século XX, Eric Hobsbawm e François Furet, que se posicionaram ideologicamente em polos opostos, redigiram trabalhos sobre temas e dados similares, mas com interpretações, na maioria das vezes, opostas; como já demonstrei em trabalho anterior, intitulado *História, Política e Revolução em Eric Hobsbawm e François Furet* (CORREA, 2008), ao percorrer suas trajetórias intelectuais em paralelo com a análise e confronto do conjunto de suas obras.

Aliás, o exercício sistemático de comparação e confrontação é um instrumento metodológico bastante eficaz para se atingir a erudição crítica necessária para a análise historiográfica. Nesse caso, são trajetórias marcadas pelo posicionamento político, Hobsbawm



(um comunista inglês) e Furet (um anticomunista francês) desenvolveram estudos históricos em paralelo com reflexões sobre a sociedade contemporânea. Eminentemente estudioso da história mundial e de movimentos populares, Hobsbawm se tornou um dos principais representantes daquela que se conhece como a historiografia marxista britânica e apesar de sua inegável influência, seu trabalho não motivou a formação de escola, mas arrebanhou um amplo consenso. Furet, ao contrário, tornou-se o principal representante de um grupo de historiadores liberais (geralmente anticomunistas) que se dedicaram à realização de uma verdadeira revisão da historiografia revolucionária francesa e na década de 1980, foi aclamado como o *maitre à penser* da historiografia da Revolução Francesa, e, sua interpretação, conquistou nas últimas décadas grande preponderância.

Apesar das inegáveis divergências ideológicas e até mesmo teóricas, as trajetórias de Hobsbawm e de Furet apresentam algumas semelhanças, desde o ingresso em carreiras acadêmicas até a publicação de grandes obras sobre a história do século XX, *A Era dos Extremos* (1994) e *O Passado de uma Ilusão* (1995), respectivamente. Eric Hobsbawm (1917-2012) iniciou seus estudos em Cambridge na década de 1930, viveu os infortúnios do entreguerras e a utopia do antifascismo, filiando-se ao Partido Comunista, em 1936, para se engajar na causa da revolução mundial (HOBBSAWM, 2002, p. 27-73). Em consequência de sua militância antifascista durante a guerra, somente na década de 1950 Hobsbawm deu início à sua produção historiográfica, merecendo destaque a publicação de seus dois primeiros livros, *Rebeldes Primitivos* e *História Social do Jazz*, em 1959.

François Furet (1927-1997), era filho da elite republicana francesa, já em 1944 se envolveu com as forças da Resistência, filiando-se ao Partido Comunista em 1947. Sem o mesmo envolvimento por uma causa que caracterizou a militância de Hobsbawm, Furet pertenceu a uma grande leva de jovens intelectuais que buscaram no Partido a possibilidade de ação concreta e eficaz, capaz de satisfazer seus interesses por coerência e alimentar suas esperanças (ORY; SIRINELLI, 1992, p. 153).

Como aconteceu com diversos intelectuais comunistas, em 1956, o discurso de Nikita Krushev e a invasão soviética da Hungria provocaram o divórcio definitivo de Furet com o comunismo. Naquele momento de instabilidade, ele se decidiu pela História, um domínio sem limites e indefinível, capaz de abarcar a diversidade de seus interesses. Iniciou



seus estudos históricos com o respaldo de Ernest Labrousse e, em seguida, publicou seu primeiro livro com Adeline Daumard: *Structures et Relations Sociales a Paris au Milieu du XVIII Siècle* (1961).

É evidente que estamos diante de dois intelectuais, um critério relevante – mas não fundamental – para se realizar este tipo de investigação, pois a opção por autores com ampla repercussão e influência na sociedade possibilita o acesso a uma vasta gama de interlocutores e discípulos, o que favorece a identificação das tradições historiográficas às quais estão filiados. Além disso, é importante situar o problema da relação entre o intelectual e a política, visto que o conceito de política está ligado ao de poder e, neste caso, o poder ideológico que se exerce sobre as mentes pela produção e transmissão de ideias, de símbolos, de visões de mundo e de ensinamentos práticos mediante o uso da palavra (BOBBIO, 1997, p. 15).

Portanto, pela natureza do ofício que toma como tema e como prática o conjunto desses símbolos e visões de mundo, todo historiador é um intelectual investido de autoridade e, conseqüentemente, a política está irremediavelmente presente em seu discurso histórico. Em função dessa especificidade e de outras que possam surgir, optamos por fragmentar a noção de política da cultura, elaborada por Bobbio, para política do historiador, realizando as adaptações necessárias para o trabalho com historiografia. Uma definição simples, porém não destituída de problemas, pois implica na duvidosa relação entre conhecimento e poder, intrínseca à figura do intelectual.

Então, é válido lembrar que uma das definições clássicas de intelectual é aquela desenvolvida na França, sob a égide da polêmica e do debate, a partir do caso Dreyfuss em fins do século XIX. O historiador Pascal Ory parte dessas primeiras acepções do termo, vinculadas ora a uma profissão ora a uma vocação para chegar a uma definição mais corrente, segundo a qual o intelectual não se definiria mais pelo que ele é, mas pelo que ele faz, por sua intervenção sobre o terreno do político, compreendido no sentido de debate sobre a cité (ORY; SIRINELLI, 1992, p. 9). O intelectual encarna, portanto, o espírito crítico e o faz pela intervenção, essencialmente política, nos assuntos da sociedade em que vive.

Sob este aspecto, Norberto Bobbio (2003, p. 433) indicou um problema ancestral: o da relação entre política e cultura, visto que os intelectuais “mediante suas obras, eles também exercem um poder, embora por meio da persuasão”. Trata-se de uma atuação que, entretanto,



pode não ser imediatamente concretizada: eis a característica mais evidente da política dos intelectuais, pois, às vezes, levam-se anos para se avaliar o impacto “político” de determinados artigos e livros. Por outro lado, a política do historiador pode ser mais direta, quando esse intelectual decide intervir no panorama político de sua época. As atuações “políticas” de Hobsbawm e de Furet foram sobremaneira constantes para ressurgirem em filigrana nas suas interpretações sobre o século XX. Por isso, é prudente não ignorar algumas dessas polêmicas, mas recolhê-las como parte efetiva da realidade analisada.

Hobsbawm foi um historiador que se fez intelectual desde seus primeiros trabalhos, paixão e projeto político motivaram sua preocupação constante com os problemas da sociedade contemporânea, suas opções intelectuais e mesmo suas escolhas historiográficas partiram do diálogo com a esfera pública. Foi um intelectual por ter se engajado na causa comunista por meio das ideias, por participar de grupos de discussões historiográficas e políticas, pela frequência assídua em jornais e revistas, por manifestar-se publicamente quanto aos rumos da política, cultura e economia de seu país e do mundo e, por fim, foi um intelectual por assim ser consagrado pelo público.

Com François Furet não foi diferente, se fez intelectual como toda uma geração de pensadores franceses, por meio da dúvida e da crítica, pela Resistência, pelo comunismo e posterior anticomunismo, pela participação política no poder e na cultura, pelas iniciativas editoriais e pela manifestação semanal em periódicos e, sobretudo, por tornar-se um líder intelectual.

Deve-se considerar também que estamos abordando as trajetórias de dois historiadores que, além de apresentarem visões de mundo e personalidades diferentes, pertencem a culturas nacionais específicas. Não se trata de superestimar as pressões do contexto, mas de avaliar as inegáveis diferenças que existem entre os debates ideológicos de país a país. Ser intelectual na França, na Grã-Bretanha ou nos Estados Unidos é gozar de estatutos diferentes na sociedade, é compartilhar tradições de pensamento e culturas políticas específicas. São pressupostos específicos que devem ser levados em consideração em uma análise historiográfica, para evitar generalizações e falseamentos do discurso.

A questão dos “debates nacionais” está presente na historiografia dos intelectuais desde trabalhos clássicos como o de Raymond Aron, *O Ópio dos Intelectuais* (1955) que,



apesar de suas motivações ideológicas, apresentou um importante esboço da questão. O fato identificado por Aron, é que na Grã-Bretanha os debates ideológicos relacionam-se com os conflitos presentes, enquanto que na França o pensamento político é retrospectivo ou utópico, tendendo a descolar do presente.

Uma generalização um tanto vaga, mas que pode ser fundamental na medida em que na França, durante o século XX, a política concentrou-se essencialmente no antagonismo histórico entre direita e esquerda. Na Grã-Bretanha, por outro lado, esta oposição foi um fenômeno secundário, com o liberalismo e a democracia sendo encarados como uma obra comum de partidos rivais. O debate neste país tornou-se mais técnico do que ideológico, o que não impediu – acrescenta Aron (1980, p. 203) – que “os britânicos apresentem o mesmo leque de opiniões, a mesma galeria de intelectuais do resto da Europa. As diferenças maiores são relativas ao que está em jogo, alhures interroga-se sobre as escolhas a fazer, aqui sobre as escolhas dos outros”.

Outro exemplo desses percursos diversos entre britânicos e franceses, é o lugar conquistado pelo marxismo, pois seu impacto foi muito forte na maioria dos partidos socialistas continentais, enquanto que nem o movimento sindical britânico foi por ele atraído. O papel dos partidos comunistas também foi muito desigual, na França representou uma potência política sem precedentes entre os intelectuais da geração de François Furet, ao passo que o comunismo inglês sempre foi frágil, um fenômeno marginal.

Isto talvez explique uma parte da ferrenha oposição intelectual enfrentada pelo Partido Comunista Francês depois dos reveses do comunismo soviético, bem como a “indiferença” dos intelectuais ingleses em relação ao comunismo britânico. Elementos que definem uma cultura política própria a cada país, contextos diversos sob os quais os intelectuais aparecem, por conseguinte, de forma distinta à sociedade. Enquanto entre os franceses, os intelectuais desfrutam de grande crédito, entre os ingleses, não são vistos como figuras fundamentais.

A questão da relação entre o intelectual e a política conduz, portanto, à reflexão sobre a responsabilidade social do intelectual e à necessidade de identificação da cultura política de origem desse intelectual. A partir disso, depara-se com mais um pressuposto, a cultura histórica ou historiográfica e as tradições de pensamento às quais está filiada. Existe



um inevitável compromisso do historiador com essa esfera de interlocução, nela residindo a responsabilidade do ofício e a exigência de verdade. Dito isso, para investigar a política no pensamento historiográfico se faz forçoso entrecruzar essas diversas esferas, por exemplo, a partir do exercício de confrontação para só então chegar à superfície presente do texto produzido pelo historiador.

Por fim, outra estratégia para um enfoque crítico sobre a historiografia, ou seja, sobre os textos produzidos por historiadores, é a abordagem de tais textos como fontes documentais, mas cuja singularidade exige que a análise documental seja realizada na confluência entre história intelectual e historiografia. História Intelectual porque objetiva compreender como a produção intelectual (do historiador) traduz, por meio de um pensamento sistemático, algumas determinações exteriores (CHARTIER, 1993, p. 446-452). Historiografia porque versa sobre uma questão que diz respeito à configuração de seus próprios domínios, conteúdos, métodos e práticas. A obra de história é, pois, julgada a partir de sua dupla condição de bibliografia e documento.

Pode-se, entretanto, realizar algumas adaptações teóricas, na medida em que as fontes documentais e a trajetória de seus autores exigem. A primeira adaptação refere-se, evidentemente, à definição de História Intelectual. Existem diversas interpretações que distinguem ou equiparam História das Ideias, História Intelectual, História Cultural e História dos Intelectuais, gerando muita confusão quanto ao objeto. Deve-se optar, então, por um dos termos e pela elaboração de uma definição pertinente para analisar as trajetórias e obras dos historiadores em questão. Com o termo História Intelectual é possível abordar duas dimensões, a do texto e a do contexto, referindo-se tanto à obra intelectual quanto ao próprio intelectual. Para isso, é preciso combinar elementos de duas grandes vertentes de interpretação, a francesa *Histoire Intellectuelle* (Jean-François Sirinelli, Michel Winock, Roger Chartier etc.) e a dos anglo-saxões *Intellectual History* (Robert Darnton, Quentin Skinner, John Pocock etc.).

A abordagem dos autores anglo-saxões está situada, em geral, sobre as bases linguísticas de uma obra de pensamento. Dois influentes autores dessa vertente são Quentin Skinner e John Pocock, em que a intenção é interpretar o pensamento dos escritores políticos por uma aproximação com a filosofia da linguagem, partindo do resgate da linguagem para o



das intenções dos autores. Seus indícios são sempre encontrados no texto por meio dos “contextos linguísticos”, os quais também levam à cultura política de uma época, visto que as linguagens empregadas pelos autores políticos “foram sancionadas como legítimas integrantes do universo do discurso público” (POCOCK, 2003, p. 31).

Isso é possível pela investigação da forma de enunciação presente e disponível para uma série de autores, identificando se uma “linguagem” existia como recurso cultural para determinados atores da história. Essa investigação de um conjunto de textos é fundamental para Pocock, pois sustentar a existência dessa “linguagem” comum não seria o resultado de um mero olhar interpretativo.

Com o instrumental linguístico proposto por Pocock é possível avaliar as pressuposições subjacentes à linguagem dos historiadores, tornando explícito o que antes estava implícito. Contudo, descortinar insinuações e potencialidades de um discurso exige a prova do “contexto”, ou seja, da comparação com outras obras contemporâneas. O limite seria, neste caso, o paralelo entre Hobsbawm e Furet. Em outros termos, a abordagem de John Pocock só pode ser levada às últimas consequências quando se parte de uma perspectiva horizontal ou sincrônica para a identificação de uma determinada “linguagem”. Contudo, a presente proposição está pautada pela dimensão vertical ou diacrônica das fontes documentais, um método condizente com sua natureza historiográfica.

A partir disso, entre os historiadores franceses mais comprometidos com a elaboração de uma metodologia adequada para o estudo dos intelectuais, destaca-se Jean-François Sirinelli, cujo programa visa ultrapassar a “história do discurso”, procurando situar a história dos intelectuais no cruzamento das histórias política, social e cultural. Um ponto de vista mais amplo e até ambicioso, por intercalar ideologias, cultura política e mentalidades coletivas, transformando a “história dos intelectuais em um observatório de primeira ordem” para uma história global (RÉMOND, 1996, p. 262).

Não cabe abordar o programa inteiro de Sirinelli, apenas alguns conceitos são de grande utilidade para o objetivo deste estudo, suprindo as lacunas referentes às culturas políticas e trajetórias dos historiadores. As noções de itinerário, geração e sociabilidade permitem o avanço para fora do texto, ou seja, a inscrição histórica dos atores. A observação e o cotejo de itinerários intelectuais é o primeiro passo, mas não livre de problemas.



Por exemplo: a reconstituição e a interpretação dos itinerários de Eric Hobsbawm e de François Furet exigem perspectivas diferentes. De acordo com Sirinelli essa extrema diversidade das situações individuais impede que se chegue a explicações globalizantes. Duas situações, entretanto, foram localizadas por esse historiador: “a imagem de fidelidade de um intelectual ao engajamento de toda uma vida, desde as primeiras leituras infantis até os ensaios outonais”; e, os caminhos que seguem linhas fragmentadas (RÉMOND, 1996, p. 247).

A primeira situação aponta de forma imprecisa para a trajetória de Eric Hobsbawm, cuja reconstituição é possível mediante ideias e racionalizações apresentadas pelo próprio historiador, que reivindicou conscientemente a fidelidade a determinadas causas e projetos, como o comunismo e o materialismo histórico. Seu percurso intelectual, senão mesmo pessoal, não sofreu grandes reveses e mesmo com a crítica dessas racionalizações percebe-se elementos constantes, indícios de intenção basilares para a interpretação de sua obra. Trata-se de uma trajetória muito particular e embora contemporâneo de Furet, Hobsbawm não compartilhou da mesma cultura política e nem dos anseios da mesma geração, por conseguinte, seu trabalho desfrutou de diferentes pressupostos.

François Furet, pelo contrário, apresentou uma trajetória intelectual labiríntica e de difícil apreensão, decerto pertenceu a uma geração de intelectuais exaustivamente estudada, que seguiu “linhas fragmentadas”, mas sua personalidade ímpar resultou em respostas inusitadas aos contextos que vivenciava e à historiografia, fato que o colocou em lugar de destaque entre os historiadores franceses. Pertencer a uma geração é um fenômeno natural e também cultural, pode ser resultado de uma reconstrução do historiador que classifica e rotula, como pode ser uma autorrepresentação (SIRINELLI, 2000, p. 133). Furet sempre se reivindicou filho de uma determinada geração que criou lugares de sociabilidade duradouros. Sua geração é aquela, citada por Sirinelli, “nascida em torno de 1925 e seduzida 20 anos depois pelo comunismo”, compondo o grande estrato dos “ex” (comunistas) após 1956 (RÉMOND, 1996, p. 246).

Essa geração foi, provavelmente, a responsável pelo desenvolvimento crescente do estudo sobre os intelectuais, chamando atenção por sua reação crítica à desilusão com o comunismo. Em consequência disso, dispõe-se hoje de uma abundante quantidade de



bibliografia e documentação sobre o tema (sobretudo na França). Pode-se investigar não só a obra ainda em andamento de um sem número de intelectuais, como também, os infinitos trabalhos sobre esses intelectuais e sobre as suas obras. Um obstáculo intransponível quando se busca o levantamento exaustivo desses estudos, porquanto a seleção bibliográfica é inevitável para não perder de vista o objeto de uma pesquisa.

Quanto aos lugares e redes de sociabilidade, tanto Hobsbawm quanto Furet frequentaram os meios universitários, os grupos e instituições de pesquisa e a imprensa. São nesses lugares com o diz-que-diz que, segundo Sirinelli, “se interpenetram o afetivo e o ideológico” (apud RÉMOND, 1996, p. 252). As solidariedades de idade, classe e profissão tecem redes de transmissão cultural, onde se encontram os interlocutores dos autores estudados, pois como já disse Jacques Julliard “as ideias não passeiam nuas pela rua, elas são levadas por homens que pertencem eles próprios a conjuntos sociais” (apud RÉMOND, 1996, p. 258). É justamente a identificação dessas sociabilidades, dessas redes de discurso e práticas, por meio de uma seleção bibliográfica, que permite completar o esboço das culturas políticas e históricas sob as quais atuaram determinados historiadores.

Com isso, contempla-se a prática social dos historiadores e a evolução de seu pensamento histórico, notando que o tema da política na historiografia só pode ser efetivamente abordado por meio da própria historiografia. Após refletir sobre as condições que determinam a produção e a natureza das obras históricas, as colocamos em confronto, buscando as diferenças, semelhanças e nuances entre os discursos historiográficos. O tratamento documental da obra historiográfica adquire, então, a dimensão política inerente à interpretação historiográfica, visto que se enfrentam questões referentes aos seus próprios domínios e à ação do historiador.

Procura-se abordar, então, a gênese e a significação histórica das obras transpondo a fronteira entre as ideias explícitas e os sistemas de pensamento por meio da crítica de interpretação. Com sistemas de pensamento não se pretende teorias e coerência de interpretação, mas a sistematização comum a um trabalho historiográfico, ou mesmo alguns elementos permanentes na linguagem ou interpretação do historiador.

Além disso, nesta confluência entre história intelectual e historiografia existe uma vasta gama de temas e acontecimentos da história mundial recente. Neste caso, os atos



políticos adquirem maior destaque, pois é o inesperado que, não raro, motiva as reações intelectuais. Como bem discerniu René Rêmond (1996):

[...] daí os acontecimentos políticos serem fundadores de mentalidades: o acontecimento solda uma geração, e sua lembrança continuará sendo até o último suspiro uma referência carregada de afetividade, positiva ou negativa, até que, com o desaparecimento desta, ele mergulha na inconsciência da memória coletiva, onde continuará, no entanto, a exercer alguma influência insuspeitada (RÊMOND, 1996, p. 449).

Assim, mais uma vez, justifica-se uma comparação entre trajetórias intelectuais, pois, por exemplo, os fatos e situações abordados por Eric Hobsbawm são praticamente os mesmos citados por François Furet, são as situações internacionais que marcaram suas gerações, problemas nacionais paralelos ou então temas que a historiografia trouxe à voga, tocando a ambos em momentos próximos. Em suma, acredita-se que esse conjunto de procedimentos pode auxiliar no esclarecimento e compreensão da política do historiador, visando uma efetiva leitura crítica de sua obra historiográfica.

Referências

- ARON, Raymond. **O ópio dos intelectuais**. Brasília/DF: Editora UNB, 1980.
- BOBBIO, Norberto. **O filósofo e a política**: antologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 2003.
- BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder**: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. São Paulo: Editora UNESP, 1997.
- CERTEAU, Michel de. A operação Histórica. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.) **História**: novos problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1988.
- CHARTIER, Roger. In: BURGUIÈRE, André (Org.) **Dicionário das ciências históricas**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1993.
- CORREA, Priscila Gomes. **História, política e Revolução em Eric Hobsbawm e François Furet**. São Paul:, Annablume/FAPESP, 2008.
- HOBBSAWM, Erick John. **Tempos interessantes**: uma vida no século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- ORY, Pascal; SIRINELLI, Jean-François. **Les intellectuels en France**: de l'affaire Dreyfus a nos jours. Paris: Armand Colin, 1992.
- POCOCK, John Greville Agard. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: Edusp, 2003.
- RÊMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.
- SIRINELLI, Jean-François. A geração. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (Orgs.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- VALÉRY, Paul [Ambroise-Paul-Toussaint-Jules Valery]. Discurso sobre a história. In: **Varietades**. São Paulo: Iluminuras, 1991.